



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RENATHA ACCIOLY FARIAS

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE
EMPRESAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O CASO DA
POMIFRUTAS S.A. E FERTILIZANTES HERINGER S.A.**

**JOÃO PESSOA
2024**

RENATHA ACCIOLY FARIAS

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE
EMPRESAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O CASO DA
POMIFRUTAS S.A. E FERTILIZANTES HERINGER S.A.**

Projeto apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Rommel Santana Freire

JOÃO PESSOA

2024

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F224a Farias, Renatha Accioly.

Análise da evolução econômica e financeira de empresas em processo de recuperação judicial: o caso da Pomifrutas S.A. e Fertilizantes Heringer S.A. / Renatha Accioly Farias. - João Pessoa, 2024.

47 f.

Orientação: Rommel Santana Freire.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Recuperação Judicial. 2. Indicadores econômicos.
3. Falência. I. Freire, Rommel Santana. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 658

RENATHA ACCIOLY FARIAS

**ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE
EMPRESAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O CASO DA
POMIFRUTAS S.A. E FERTILIZANTES HERINGER S.A.**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Rommel Santana Freire

Instituição: UFPB

Documento assinado digitalmente



EDSON FRANCO DE MORAES

Data: 10/05/2024 11:36:42-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Prof. MSc. Edson Franco de Moraes

Instituição: UFPB

Documento assinado digitalmente



HERBERT DE OLIVEIRA REGO

Data: 02/05/2024 11:13:51-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Membro: Prof. Dr. Herbert de Oliveira Rego

Instituição: UFPB

João Pessoa, ____ de _____ de _____.


DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA

Eu, Renatha Accioly Farias, matrícula n.º 20180167591, autora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado ANÁLISE DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA DE EMPRESAS EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL: O CASO DA POMIFRUTAS S.A. E FERTILIZANTES HERINGER S.A., orientada pelo professor Dr. Rommel de Santana Freire, como parte das avaliações do Curso de Ciências Contábeis no período letivo 2023.2 e requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, declaro que o trabalho em referência é de minha total autoria, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte, além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho, obedecendo aos padrões nacionais para referências diretas e indiretas, ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho. Afirmo que em hipótese alguma representa plágio de material disponível em qualquer meio, e declaro, estar ciente das penalidades previstas nos artigos 184 e 298 do Decreto-Lei n.º 2.848/1940 – Código Penal Brasileiro, como também declaro não infringir nenhum dispositivo da Lei n.º 9.610/98 – Lei dos Direitos Autorais.

Assim, se houver qualquer trecho do texto em questão que configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais, assumo total responsabilidade, ficando a Instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, ou pela veracidade e originalidade desta obra, cabendo ao corpo docente responsável pela sua avaliação não aceitá-lo como Trabalho de Conclusão de Curso da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no Curso de Ciências Contábeis, e, por conseguinte, considerar-me reprovado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Por ser verdade, firmo a presente.

João Pessoa, ___29___ de ___Abril___ de ___2024___ .

Documento assinado digitalmente
 RENATHA ACCIOLY FARIAS
Data: 12/05/2024 09:23:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do (a) discente

Dedico a minha avó Zuleika Accioly, que foi para a casa de Deus no período de elaboração deste trabalho, por ter me ensinado sobre dedicação, persistência e fé.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sempre segurar a minha mão e a Nossa Senhora por ser intercessora dos sonhos que trago no meu coração;

As “marias” da minha vida, Verônica, Rebecca e Janícia que rezam por mim, estão sempre comigo e me incentivaram nessa longa caminhada;

Ao meu pai Eduardo e irmão Eduardo Neto por todo o amor;

A minha família por parte de mãe que sempre me deu todo o alicerce, amor e cuidado em todos os momentos da minha vida;

A vovó Leika, vovô Pedro, Esther, Carma e Vó que tenho certeza que intercederam cada segundo por mim;

As minhas amigas da faculdade que desde o primeiro período pegaram na minha mão e nunca soltaram. Michelle, Irenilda, Sonia, Jessica e Alanna, obrigada por todos os momentos de companheirismo, estudos, desesperos e alegrias. A amizade de vocês tornou essa jornada mais feliz;

A todos os professores da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) que contribuíram significativamente na minha formação no curso de Ciências Contábeis. Em especial, ao meu professor e orientador Rommel Santana pela paciência, encorajamento e orientações para a concretização deste trabalho.

Aos meus amigos que me apoiaram, ajudaram e entenderam minha ausência nesse período. Sou muito feliz por ser rodeada de pessoas como vocês;

Por fim, agradeço a todos aqueles que acreditaram em mim e me ajudaram, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa.

“Quando ninguém entender os seus sonhos, conte para quem pode realizá-los. Entregue nas mãos de Deus.”

Padre Marcos

RESUMO

O processo de recuperação judicial foi criado com o intuito de ajudar as empresas que estão passando por uma crise econômico-financeira a se reestruturarem, com a finalidade de dar continuidade à atividade produtiva.

Logo, esta pesquisa teve por objetivo analisar a estrutura econômico-financeira de duas empresas em processo de recuperação judicial, analisando o período antes e durante a RJ. A Pomifrutas S.A. teve análise feita entre os anos de 2017 até 2022 e a Heringer S.A., 2018 até 2022.

Para isso, foi realizada uma pesquisa documental para embasamento teórico e calculados indicadores de liquidez, cobertura de juros, endividamento e rentabilidade das empresas estudadas, considerando a evolução desses índices ao longo do intervalo que antecedeu o início do processo de recuperação judicial e períodos da crise financeira.

Os resultados obtidos mostraram resultados diferentes para as duas empresas, onde a Pomifrutas S.A. permanece em processo de recuperação judicial com dificuldades financeiras e a Heringer S.A. saiu deste, voltando a ter lucro nos seus resultados.

Conclui-se que, diante dos índices calculados, o processo de reestruturação financeira requer atenção gerencial por ser influenciada por fatores externos e internos e que cada empresa precisa de período diferente para conseguir se organizar.

Palavras-chave: Recuperação Judicial, Indicadores, Reestruturação, Econômico-financeira.

ABSTRACT

The judicial recovery process was created with the aim of helping companies that are going through an economic and financial crisis to restructure themselves, with the aim of continuing their productive activity.

Therefore, this research aimed to analyze the economic-financial structure of two companies undergoing judicial recovery, analyzing the period before and after RJ. Pomifrutas S.A. had an analysis carried out between the years 2017 to 2022 and Heringer S.A., 2018 to 2022.

To this end, documentary research was carried out for theoretical basis and indicators of liquidity, interest coverage, indebtedness and profitability of the companies studied were calculated, considering the evolution of these indices over the period that preceded the beginning of the judicial recovery process and periods of the crisis. financial.

The results obtained showed different results for the two companies, where Pomifrutas S.A. remains in the process of judicial recovery with financial difficulties and Heringer S.A. emerged from this, returning to profit in its results.

It is concluded that, given the calculated indices, the financial restructuring process requires managerial attention as it is influenced by external and internal factors and that each company needs a different period to be able to organize itself.

Keywords: Judicial Recovery, Indicators, Restructuring, Economic-financial.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Pedidos de recuperação judicial entre 2015 e 2023.....	16
Quadro 2- Fases da Falência.....	22
Quadro 3– Indicadores de Liquidez	26
Quadro 4– Indicador de Cobertura de Juros.....	26
Quadro 5 – Indicadores de Endividamento	27
Quadro 6– Indicadores de Rentabilidade.....	28
Quadro 7– Indicadores Econômico-Financeiros.....	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Principais informações contábeis da Pomifrutas S.A.	32
Tabela 2 – Índices de liquidez da Pomifrutas S.A.....	32
Tabela 3 – Índice de cobertura de juros da Pomifrutas S.A.....	34
Tabela 4 – Índices de endividamento da Pomifrutas S.A.....	34
Tabela 5 – Índices de rentabilidade da Pomifrutas S.A.....	36
Tabela 6 – Principais informações contábeis da Heringer S.A.	38
Tabela 7 – Índices de liquidez da Heringer S.A.....	38
Tabela 8 – Índice de cobertura de juros da Heringer S.A.....	39
Tabela 9 – Índices de endividamento da Heringer S.A.....	40
Tabela 10 – Índices de rentabilidade da Heringer S.A.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LRJ	Lei de recuperação judicial
RJ	Recuperação judicial
PL	Patrimônio líquido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS.....	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos.....	17
1.3 JUSTIFICATIVA.....	18
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	18
2.1 RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	19
2.1.1 O Processo de falência.....	22
2.2 ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA.....	23
2.2.1 Indicadores econômicos e financeiros.....	24
2.2.1.1 Situação financeira.....	25
2.2.1.2 Situação econômica.....	26
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	28
3.2 ESTUDO DE CASO.....	29
3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS.....	30
3.3.1 Indicadores utilizados.....	30
3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS.....	31
4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	31
4.1 POMIFRUTAS S.A.....	31
4.2 FERTILIZANTES HERINGER S.A.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A atividade empresarial sofre influência de muitas variáveis as quais podem acarretar em uma crise econômico-financeira e pode encontrar na recuperação judicial a saída para superar a crise tal situação. Através dela, a empresa e sua função social são preservadas tendo atividade econômica estimulada.

A Lei 11.101/2005 (LRJ) regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, se tornando a medida judicial que as empresas recorrem para evitar a falência. O processo de recuperação judicial permite às empresas a suspensão e renegociação de parte das suas dívidas acumuladas, mostrando aos credores que a mesma pode se reerguer, evitando o término de suas atividades e conseqüentemente, demissões em massa. Esta lei enfatiza que o processo deve ser encerrado em dois anos, podendo ser prorrogado por mais tempo mediante autorização judicial, e normalmente é o que acontece.

Em uma breve análise dos dados fornecidos pelo site do Serasa Experian com base no início do ano de 2005, período que a Lei da recuperação judicial entrou em vigor, tem-se no ano de 2015 o primeiro pico de números de empresas solicitantes do processo, totalizando 1.287 requerimentos onde tal fato é associado ao aprofundamento da recessão econômica, custos de créditos elevados e alta acumulada do dólar. Esse número voltou a subir no primeiro semestre de 2023 comparado ao mesmo período do ano anterior e a explicação para este fato deve-se ao aumento dos juros e da inflação provocando o endividamento das pessoas físicas que acaba por afetar as empresas.

Quadro 1- Pedido de recuperação judicial entre 2015 e 2023

Ano	Total
2015	1287
2016	1863
2017	1420
2018	1408
2019	1383
2020	1179
2021	891
2022	833
Primeiro Semestre 2023	593

Fonte: Adaptada do Serasa Experian (2023)

Os fatores externos somados aos problemas internos de diversos tipos, como má gestão e a falta de conhecimento da real situação financeira da organização, influenciam diretamente nos resultados obtidos. Para que a análise financeira de uma empresa seja feita, é necessário analisar o ambiente externo e interno e não apenas os números destacados nas demonstrações contábeis. Para Silva (2013, p. 6) “(...) a análise financeira de uma empresa consiste num exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa”. Portanto ela deverá ser feita de forma precisa, contemplando todo o ambiente econômico que a organização está inserida.

Quando realizada corretamente, a análise financeira se torna a ferramenta que auxiliará na avaliação da empresa, tornando-se importante para entender como as mesmas estão se comportando diante do processo de recuperação judicial. Tal análise permite a comparação de indicadores econômico-financeiros ao longo dos anos, e com isso será permitido conhecer o seu desempenho no período estudado e entender qual cenário e decisões levaram aos números que pertencem às demonstrações contábeis.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Em razão da acirrada competitividade econômica existente e da oscilação econômica que as organizações podem enfrentar, a recuperação

judicial serve para evitar que uma crise irreversível se instaure sobre a atividade empresarial.

A LRJ traz para as empresas o benefício legal que as auxilia a reorganizarem seus negócios, impedindo assim a sua quebra. Trata-se da elaboração de um plano de recuperação para que as contas sejam equilibradas e os débitos renegociados.

A forma como cada empresa organiza o seu plano de recuperação é fundamental para seu sucesso e com a análise das demonstrações contábeis pode-se identificar se as diretrizes tomadas estão sendo válidas para que tal crise seja sanada. Através dela, os usuários internos e externos terão uma leitura de como a empresa se encontra e no caso do processo de recuperação judicial, se as mesmas estão conseguindo reestabelecer suas finanças.

A partir da análise das demonstrações contábeis, este trabalho pretende discorrer e responder o seguinte problema: Como duas empresas de ramos de atividades distintas se comportaram diante do processo de recuperação judicial?

1.2 OBJETIVOS

São apresentados os seguintes objetivos:

1.2.1 Objetivo Geral

Esse estudo objetiva analisar a estrutura econômico-financeira de empresas em recuperação judicial, por meio da análise de indicadores econômico-financeiros.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Evidenciar a evolução financeira das empresas, considerando o período antes e após recuperação judicial;

- b) Apurar os indicadores financeiros e econômicos por meio da análise das demonstrações contábeis.

1.3 JUSTIFICATIVA

Entende-se que crises financeiras podem acontecer, visto que ao decorrer do tempo e com os diversos cenários enfrentados, a capacidade de pagar dívida pode ficar comprometida. Logo as empresas com dificuldade econômico-financeira podem recorrer a recuperação judicial como saída.

A alta nas taxas de juros, desaceleração da economia e inadimplência acumulada são alguns fatores que podem contribuir para que uma crise financeira se instale, mas não é apenas o ambiente externo que pode levar a tal situação. Somados a ele, ou isoladamente, uma má gestão interna também pode causar danos financeiros, como falta de planejamento estratégico, alto custo administrativo e deficitária gestão de recursos humanos. É necessário que os gestores enxerguem nas informações fornecidas pela contabilidade, mecanismos para direcionar o planejamento organizacional e a tomada de decisões além de mostrar a real situação patrimonial.

A análise das demonstrações contábeis, através de indicadores, é necessária para que as empresas possam monitorar seu desempenho, sendo assim a ferramenta ideal para comparação de informações/ dados ao longo do tempo. A comparação dos resultados com o decorrer dos anos torna-se excelente mecanismo de gestão, além de proporcionar, de forma clara, se determinadas ações tomadas influenciaram nos resultados. Compreender os demonstrativos financeiros e avaliar o desempenho corporativo é uma forma de entender o cenário que a empresa está inserida, servindo para todos os usuários interessados.

Este estudo é justificado por proporcionar melhor compreensão sobre como duas empresas vivenciaram o processo de recuperação judicial por meio da análise das demonstrações contábeis com foco nos indicadores econômicos e financeiros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Recuperação judicial de acordo com Scalzilli et al.(2023, p.147) “trata-se de ação judicial que possibilita ao devedor uma renegociação coletiva do seu passivo sujeito aos efeitos do regime.” Ela se tornou principal mecanismo usado pelas empresas para combater crises econômico-financeiras profundas que levariam à falência.

SCALZILLI et al. (2023) explana que o procedimento da ação do processo de recuperação judicial se inicia com a suspensão do pagamento com o devedor por 180 (cento e oitenta) dias para que o plano de ação para sair da crise seja elaborado. Neste plano deve conter todas as diretrizes a serem tomadas, afim de que a empresa possa negociar todas as dívidas com os seus credores, e em seguida será apresentado aos mesmos reunidos em assembleia geral. Posteriormente à aprovação, as novas obrigações passam a valer de acordo com o estipulado, destacando que seu descumprimento poderá ter como consequência a falência. A empresa permanece em processo de recuperação judicial até que todas as obrigações se cumpram, inicialmente no prazo de 2 (dois) anos, podendo ser modificado para menos ou mais de acordo com autorização judicial.

Logo, o processo de recuperação judicial, contemplado através da LRJ, torna-se de suma importância para as empresas conforme pode ser observado.

“A legislação falimentar é um importante marco regulatório para o ambiente de negócios de um país, na medida em que cria mecanismos de incentivo, que definem o comportamento dos agentes econômicos quando um deles se encontra em estado de crise.” (SCALZILLI et al., 2023, p.149).

A LRJ, que posteriormente foi alterada pela Lei 14.112/2020, auxilia as empresas a lidarem com a crise econômica que estão enfrentando, reestruturando suas finanças e possibilitando que o seu negócio volte a ser viável novamente.

A legislação não se aplica:

- Empresa pública;
- Sociedade de economia mista;
- Instituição financeira pública ou privada;
- Cooperativa de crédito;
- Consórcio;
- Entidade de previdência complementar;
- Sociedade operadora de plano de assistência à saúde;
- Sociedade seguradora;
- Sociedade de capitalização;
- Outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.

De acordo com a LRJ, que regula o processo, existem exigências para que as empresas possam requerer o pedido de recuperação judicial que está descrito,

“Art. 48 Poderá requerer recuperação judicial o devedor que, no momento do pedido, exerça regularmente suas atividades há mais de 2 (dois) anos e que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

I – não ser falido e, se o foi, estejam declaradas extintas, por sentença transitada em julgado, às responsabilidades daí decorrentes;

II – não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial;

III - não ter, há menos de 5 (cinco) anos, obtido concessão de recuperação judicial com base no plano especial de que trata a Seção V deste Capítulo;

IV – não ter sido condenado ou não ter, como administrador ou sócio controlador, pessoa condenada por qualquer dos crimes previstos nesta Lei.”. (BRASIL, 2005).

A recuperação judicial tem como objetivo buscar a reedificação da empresa de forma organizada, onde é feito um planejamento financeiro que englobe todos os créditos que são devidos até o dia do pedido de recuperação, ou seja, ela viabiliza um acordo entre empresa devedora e seus credores. Os créditos posteriores ao pedido devem ser pagos normalmente, cabendo à organização a elaboração de um planejamento estratégico para auxiliar as futuras tomadas de decisões.

O momento certo de solicitar a recuperação judicial não é estipulado pela lei, e deve ser feito através da percepção da administração da empresa, obedecendo todas as regras internas existentes. O pedido deve ser feito judicialmente quando a companhia está passando por uma crise econômico-financeira, mas que não é permanente e que sua preservação irá gerar benefícios à sociedade.

Para que o pedido de recuperação seja aceito, o judiciário fará uma análise de todas as vertentes que englobam a organização como sua importância social e porte econômico. Através de autorização jurídica a empresa recebe permissão para suspender e renegociar parte de suas dívidas com seus credores, tendo a figura do Administrador Judicial como responsável para supervisionar o processo.

O Administrador Judicial, que é auxiliar do Juiz e atua sob sua direta supervisão, terá acesso aos livros contábeis e documentos comerciais e fiscais do devedor, bem como os documentos que os credores apresentarem e caso ache necessário, ele pode ter auxílio de profissionais e empresas especializadas. Este processo também permite à Justiça analisar se tal organização acumulou dívidas de má fé.

Sacramone (2023) discorre sobre o princípio da preservação da empresa como base da recuperação judicial, que permite a continuidade da atividade empresarial, tendo em vista sua importância social.

A importância deste princípio dar-se-á porque a principal função da empresa é ser uma atividade lucrativa, envolvendo o ambiente o qual está inserida. Scalzilli et al. (2023) explana que as empresas cumprem sua função social através da busca ao lucro, colocando para a sociedade bens e serviços que serão consumidos, além de promover interações econômicas com outras empresas, ajudando o desenvolvimento da comunidade pagando salário, impostos e desta forma movimentando a economia.

Logo, a recuperação judicial não beneficia apenas os sócios, como também visa proteger todos os que possuem vínculo com a empresa, como trabalhadores, fornecedores, prestadores de serviços e clientes. Esse processo evita que toda a cadeia produtiva que engloba a empresa seja afetada, defendendo os interesses econômicos da sociedade a qual está inserida.

2.1.1 O Processo de falência

Recuperação judicial e falência possuem suas diferenças, apesar de serem assiduamente associadas. A RJ tem como propósito proporcionar à empresa uma nova chance para organizar suas finanças, evitando assim a falência.

No caso de falência, a empresa não possui mais nenhum mecanismo para encerrar da crise existente, acarretando no fim das suas atividades. Para que esse processo seja constatado, todas as etapas devem ser detalhadamente tratadas, conforme Scalzilli et al. detalha:

Quadro 2 - Fases da Falência

Fase	Descrição
Cognitiva	Conhecer o estado patrimonial do devedor e com sua constatação a falência é constatado
Executiva	Arrecadar e avaliar os bens do falido para vendê-los e pagar os credores de acordo com ordem legalmente estabelecida

Fonte: SCALZILLI et al., 2023

Coelho (2008, p. 431) destaca que o processo de recuperação judicial por falência dar-se-á por:

- Constatação dos credores reunidos em assembleia de que não existe espaço para uma reorganização;
- O atraso ou não apresentação do plano de ação do devedor;
- Rejeição do plano pela assembleia dos credores;
- Não cumprimento do plano de recuperação.

A LRJ estabelece o processo de falência ao proporcionar o afastamento do devedor de suas atividades tem como objetivo preservar a utilização produtiva dos bens, realocação dos recursos financeiros e humanos na economia e estimular o retorno do empresário falido a uma nova atividade econômica. Desta forma retira-se da economia uma empresa com situação

insustentável e falida, para que novas oportunidades e investimentos recomecem.

Coelho (2008) destaca que se a crise não encontrou uma solução, deve-se optar pelo pedido de falência e a consequente realocação dos recursos materiais e humanos. Assim, a atividade empresarial é encerrada, e por meio do Administrador Judicial seus ativos são vendidos para o pagamento das dívidas.

Desta forma entende-se que a finalidade do plano de recuperação judicial permite ao empresário continuar no comando do seu negócio com o intuito de torná-lo novamente viável, diferente da falência que é o último estágio impossibilitando uma recuperação.

2.2 ANÁLISE FINANCEIRA E ECONÔMICA

Para Silva (2013, p.6) “(...) a análise financeira de uma empresa consiste em um exame minucioso dos dados financeiros disponíveis sobre a empresa, bem como das condições endógenas e exógenas que afetam financeiramente a empresa.”

Entende-se que a análise financeira vai além dos números descritos nos relatórios contábeis, sendo necessário o entendimento do ambiente externo no qual pertence à empresa e todos os fatores que podem influenciá-la, bem como suas diretrizes internas e práticas de gestão. Ou seja, para a sua realização é necessária uma visão completa dos negócios em que a organização está inserida.

Ludícibus et al. (2010) menciona que apesar da análise dos números contidos nas demonstrações contábeis informe a situação econômico-financeira geral, é necessário que outras análises sejam incluídas como relatório dos administradores e notas explicativas. Também é destacado que a análise de uma única demonstração poderá trazer dados pouco significativos, visto que não terá comparação de resultados, o que evidencia a importância da comparação de demonstrações com mais anos, além de empresas do mesmo ramo ou porte.

Szuster et al. (2011) ressalta que existem diversos propósitos para que a análise seja realizada como:

- Mensurar o desempenho de subunidades;
- Analisar a situação creditícia de potencial cliente/parceiro/fornecedor/concorrente;
- Verificar a situação de empresas investidas;
- Verificar a situação econômico-financeira de empresas reguladas

Silva (2013) completa informando que o propósito mais frequente tende a ser a de caráter econômico-financeiro e destaca que informações de boa qualidade acarretarão em um relatório de qualidade. O mesmo autor explana que a realização da análise financeira deverá ser realizada através das atividades: coletar, conferir, preparar, processar, analisar e concluir. Elas são de suma importância, pois organiza as informações contábeis, além de agregar outras informações relevantes que auxiliarão aos usuários na avaliação, direcionamento e tomada de decisões.

Baseado na organização das informações contábeis entende-se que elas servem de auxílio para as empresas que estão passando por recuperação judicial, visto que ajudam no processo de reorganização empresarial, apresentando um diagnóstico simplificado da real situação financeira através de um indicador. Este processo contempla o registro e organização dos eventos ocorridos, servindo como ferramenta de controle gerencial.

2.2.1 Indicadores econômicos e financeiros

As demonstrações contábeis fornecem um número enorme de informações e a sua leitura e estudo deve ser feita de acordo com a necessidade do seu usuário. A principal ferramenta usada para extrair essas informações é a análise através de indicadores/índices.

Para Matarazzo (2010, p.81) “Índice é a relação entre contas ou grupo de contas das Demonstrações Financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação econômica ou financeira de uma empresa.”. Ou seja, eles

servem como medida de aspectos econômicos e financeiros da entidade, indicando a representação de uma determinada realidade de maneira simbólica. Através dos indicadores, os dados chegam e são transformados para gerar a informação.

Matarazzo (2010) aponta que o número de índices necessários para uma satisfatória análise financeira é variável para cada usuário, não sendo a quantidade o fator determinante para a qualidade, e sim a acertada escolha dos itens que irão responder com profundidade o que está sendo desejado. O mesmo autor enfatiza que os indicadores financeiros são divididos de acordo com a situação que se encontra, podendo ser:

- Situação Financeira: o termo financeiro é amplo e restrito e refere-se a dinheiro. Os indicadores que fazem parte deste tópico são de Estrutura e Liquidez
- Situação Econômica: o termo econômico tem sentido dinâmico e refere-se a lucro. O indicador que faz parte deste tópico é de lucratividade e desempenho.

2.2.1.1 Situação financeira

A situação financeira é analisada através dos índices de liquidez e de cobertura de juros, que tem por finalidade avaliar a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, como ela se comporta diante dos compromissos assumidos.

O índice de Liquidez divide-se em:

Quadro 3 - Indicadores de Liquidez

Indicador	Descrição	Fórmula
Liquidez corrente	Demonstra a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo	Ativo Circulante/ Passivo Circulante
Liquidez seca	Mostra a capacidade de pagamento da empresa em curto prazo através do uso das disponibilidades, duplicatas a receber e aplicações financeiras.	Ativo Circulante - Estoques/ Passivo Circulante
Liquidez Imediata	Porcentagem de quanto à empresa disponibiliza imediatamente para quitar suas dívidas de curto prazo	Disponibilidades / Passivo Circulante
Liquidez Geral	Aponta quanto à empresa possui em dinheiro, bens e direitos realizáveis a curto e longo prazo diante das suas dívidas totais, mostrando assim a capacidade de pagamento da empresa em longo prazo.	Ativo Circulante + Realizável em Longo Prazo/ Passivo Circulante + Exigível em Longo Prazo

Fonte: Elaboração Própria

O índice de cobertura de juros divide-se em:

Quadro 4 - Indicador de Cobertura de Juros

Indicador	Descrição	Fórmula
Cobertura de Juros	Demonstra a capacidade da empresa em honrar o pagamento dos juros, apontando a quantidade de tempo em que as despesas financeiras podem ser pagas com o lucro de um determinado período.	Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda/ Despesas Financeiras

Fonte: Elaboração Própria

2.2.1.2 Situação econômica

A situação econômica da empresa é analisada através dos indicadores de endividamento e rentabilidade.

Os indicadores de endividamento analisam a estrutura patrimonial da entidade, englobando suas fontes de financiamento. Por meio deles que se pode entender o nível de endividamento da empresa em relação ao seu patrimônio líquido. Segundo Silva (2013, p.265) “Na alternativa de endividamento, a decisão de tomar fundos emprestados dependerá de que o preço desses fundos seja menor que o rendimento propiciado pela sua aplicação na empresa.” Essa afirmação enfatiza que esses indicadores também auxiliam no entendimento do ganho da entidade diante do uso de capitais de terceiros. Tais indicadores dividem-se em:

Quadro 5 - Indicadores de Endividamento

Indicador	Descrição	Fórmula
Participação de Capitais de Terceiros	Descreve a relação da empresa com os seus recursos externos	Capital de Terceiros/ Patrimônio Líquido
Composição do Endividamento	Determina qual o percentual de dívida total deverá ser paga em curto prazo em relação às obrigações total	Passivo Circulante/ Capital de Terceiros
Imobilização do Patrimônio Líquido	Avalia o grau de imobilização do capital da empresa	Ativo Permanente/ Patrimônio Líquido
Imobilização dos Recursos Não Correntes	Mostra o percentual de recursos não correntes destinados ao ativo permanente, representando o capital investido em recursos permanentes.	Ativo Permanente/ Patrimônio Líquido + Exigível em Longo Prazo
Endividamento Geral	Mostra o percentual de endividamento da empresa em comparação ao seu ativo total	Capital de Terceiros/ Ativo Total

Fonte: Elaboração Própria

Dando sequência aos indicadores de situação econômica, têm-se os de rentabilidade. Os indicadores de rentabilidade apontam o retorno financeiro de uma empresa. De acordo com Marion (2010, p.129) “O objetivo, então, é calcular a taxa de lucro, isto é, comparar o lucro em valores absolutos com valores que guardam alguma relação com o mesmo”. Neste caso, têm-se relação com o investimento financeiro, analisando o lucro ou a ausência dele. Este indicador divide-se em:

Quadro 6- Indicadores de Rentabilidade

Indicador	Descrição	Fórmula
Retorno sobre o Capital	Relação do lucro líquido com o patrimônio líquido, demonstrando como será o retorno aos proprietários e acionistas do que se foi investido.	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$
Retorno sobre o Investimento	Aponta a lucratividade que a empresa propicia em relação aos investimentos totais, analisando o retorno financeiro de qualquer investimento.	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}}$
Giro do ativo	Relação das vendas do período analisado e os investimentos totais efetuados na empresa	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo}}$

Fonte: Elaboração Própria

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento metodológico consiste em todo conjunto de tomada de decisões a respeito das técnicas de pesquisa e métodos utilizados para realizar o desenvolvimento deste estudo.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa é um procedimento formal que exige tratamento científico para a atividade de se investigar um problema teórico e prático (MARCONI E LAKATOS, 2017). Ela pode ser realizada em duas abordagens: quantitativa e qualitativa.

Segundo Marconi e Lakatos (2017), a pesquisa quantitativa tem como característica a configuração experimental, prevalecendo a preocupação estatístico-matemática, com caráter racional.

Sampieri et al. (2013) enfatiza que a pesquisa qualitativa não utiliza a medição numérica para descobrir suas questões, se tornando um processo mais circular com praticas interpretativas delimitando a informação, com caráter indutivo.

Para este estudo, foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa, analisando fatos já existentes por meio dos demonstrativos financeiros, que englobam os balanços patrimoniais e os demonstrativos de resultado do exercício, apresentados nos exercícios do final de cada ano com a finalidade de analisar o processo de recuperação judicial das empresas Pomifrutas S.A. e Fertilizantes Heringer S.A.

3.2 ESTUDO DE CASO

A amostragem é utilizada quando existe a necessidade de investigar apenas uma parte da população.

A presente pesquisa é classificada como não probabilística. Para Sampieri et. al (2013, p. 195) “Nas amostras não probabilísticas, a escolha dos elementos não depende da probabilidade, mas das causas relacionadas com as características da pesquisa ou de quem faz a amostra”.

A população da presente pesquisa é dada por inúmeras empresas que entraram em processo de recuperação judicial e, como amostra serão utilizadas a Pomifrutas S.A. e a Fertilizantes Heringer S.A..

Foram analisados os dados contidos nas demonstrações financeiras das duas organizações, conforme período descrito abaixo:

- Pomifrutas S.A.: 2017 á 2022
- Fertilizantes Heringer S.A: 2018 á 2022

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

A coleta de dados tem como finalidade elaborar um plano detalhado de procedimentos para reunir dados que embasem a pesquisa. Neste trabalho os dados foram coletados nos endereços eletrônicos das empresas em estudo.

Foi realizada a análise dos documentos e informações contidas nos relatórios anuais contábeis disponibilizados pelas duas empresas através dos endereços eletrônicos: <https://www.pomifrutas.com.br/> e <https://www.heringer.com.br/>.

3.3.1 Indicadores utilizados

Os indicadores foram as ferramentas utilizadas para ajudar a medir e avaliar os dados coletados na pesquisa.

Analizamos as demonstrações contábeis por meio dos índices econômicos e financeiros, descritos abaixo:

Quadro 7 - Indicadores Econômico-financeiros

Situação Financeira	Indicador	
Financeiro	Liquidez	Liquidez corrente
		Liquidez seca
		Liquidez Imediata
		Liquidez Geral
	Cobertura de Juros	Cobertura de Juros
Econômico	Endividamento	Participação de Capitais de Terceiros
		Composição do Endividamento
		Imobilização do Patrimônio Líquido
		Imobilização dos Recursos Não Correntes
		Endividamento Geral
	Rentabilidade	Retorno sobre o Capital
		Retorno sobre o Investimento
		Giro do Ativo

Fonte: Elaboração Própria

3.4 MÉTODOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada através da retirada das informações contidas no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício de cada ano analisado disponíveis nos sites das empresas estudadas. Após coleta, os dados foram organizados em planilhas e estruturados para a realização dos cálculos dos indicadores. Em seguida, foi realizada a análise e interpretação dos mesmos. O estudo será demonstrado através de quadros, tabelas e gráficos desenvolvidos em Planilhas Eletrônicas.

4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

4.1 POMIFRUTAS S.A.

A Pomifrutas S.A. foi fundada em 1962 por René e Arnaldo Frey na cidade de Friburgo, Santa Catarina. A princípio recebeu o nome de Renar Maçãs S.A. que foi substituído pelo nome atual em 2015, quando Edgar Rafael Safdie e acionistas relacionados adquiriram participação relevante e detiveram o controle da companhia. Sua atividade é voltada para a produção e comercialização de maçãs in natura e processadas, sendo pioneira desse negócio no Brasil.

O fator principal que levou a companhia ao pedido de RJ foi o aumento dos custos que prejudicou as margens e resultados com acúmulo de obrigações pendentes, e a boa safra com excesso de oferta reduzindo o preço sem recuperação. A empresa entrou em processo de recuperação judicial em 25 de Janeiro de 2018 e até o ano de 2022 ainda permanecia.

A Tabela 1 apresenta informações relevantes que compõe as suas demonstrações contábeis do período de 2017, que antecede o pedido de RJ, até o ano de 2022.

Tabela 1 - Principais informações contábeis da Pomifrutas S.A.

	Valores expressos em milhares de reais					
	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Ativo Total	64.655	36.137	32.632	33.684	32.018	34.338
Ativo Circulante	8.895	3.389	2.891	4.953	4.372	6.866
Ativo Não Circulante	55.760	32.748	29.741	28.731	27.646	27.472
Passivo Total	64.655	36.137	32.632	33.684	32.018	34.338
Passivo Circulante	63.904	65.724	82.313	83.064	89.155	89.710
Passivo Não Circulante	62.484	38.977	18.291	16.433	8.103	8.020
Patrimônio Líquido	-61.733	-68.564	-67.972	-65.813	-65.240	-63.392
Receita Líquida	44.730	5.216	9.545	12.742	4.582	3.167
Lucro/Prejuízo do Período	-20.051	-7.505	597	2.159	-475	1.848

Fonte: Adaptada do site oficial da Pomifrutas (2024)

Após a coleta das informações contábeis, referentes aos períodos analisados foi possível calcular os principais índices de liquidez, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Índices de liquidez da Pomifrutas S.A

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Liquidez corrente	0,14	0,05	0,04	0,06	0,05	0,08
Liquidez seca	0,06	0,02	0,01	0,03	0,02	0,05
Liquidez Imediata	0,00	0,00	0,00	0,02	0,00	0,01
Liquidez Geral	0,14	0,08	0,06	0,08	0,08	0,10

Fonte: Elaboração Própria

No que tange a observação de cada índice individualmente, a liquidez corrente pôde ser analisada nos resultados encontrados, que demonstraram uma queda ao longo dos anos. Em 2017, a empresa obteve a melhor capacidade de pagamento em curto prazo do período estudado, observando que no decorrer dos anos o ativo circulante foi caindo, especialmente os estoques, e o passivo circulante aumentando, entretanto não reduzindo o suficiente para compensar a queda do ativo circulante. Em todo o período estudado, esse indicador não teve resultados satisfatórios, apresentando em 2019 o pior número. De acordo com Ribeiro (2018) a falta de folga financeira

poderá levar a empresa a ter dificuldades para cobrir seus compromissos e captar dinheiro no mercado, enfatizando que neste mesmo ano a Pomifrutas S.A., apesar da assembleia dos credores para a RJ, ainda não havia fechado acordo para que contas do seu passivo circulante, como fornecedores, fossem renegociadas.

Ao analisar o índice de liquidez seca percebeu-se que, com a retirada dos estoques, o índice diminuiu no decorrer do período e o passivo circulante teve crescimento considerável entre os anos de 2018 para 2019. Com a retirada dos estoques para o cálculo deste indicador, percebeu-se que como ele influencia na capacidade do ativo circulante e como a empresa, sem girar esse estoque, precisa dele para melhorar sua liquidez, observando que o ano de 2019 apresentou o pior desempenho o que acarretou para a empresa o não cumprimento dos seus pagamentos previstos.

No que se refere à liquidez imediata a empresa permaneceu constante em todo período estudado, demonstrando que não possuía recursos financeiros disponíveis em curto prazo para quitar suas obrigações.

O índice de liquidez geral foi decrescendo em relação ao ano de 2017, que foi o período inicial de estudo, e ocorreu em razão da soma entre o passivo circulante e o exigível em longo prazo da empresa ser maior do que o ativo circulante e ativo realizável. Este indicador apresentou valores baixos o que demonstrou que a empresa se encontrava em período de crise financeira e com dificuldades para obter financiamentos nesta época, ocasionados por fatores como o histórico de endividamento ou a aversão ao risco por parte dos credores que ficam mais cautelosos para disponibilizar créditos devido à incerteza quanto à capacidade da empresa em cumprir com obrigações futuras. De acordo com Sacramone (2024, p.100) “O plano de recuperação é a peça-chave da recuperação judicial porque consiste na proposta realizada para superar a crise econômico-financeira a fim de que o empresário continue a desenvolver suas atividades.”, e como o plano apresentado anteriormente ainda não havia sido aprovado, em 2019 a empresa solicitou fazer um novo plano de recuperação com novas formas e meios tentando buscar a aprovação.

A Tabela 3 ilustra os resultados encontrados por meio do índice de cobertura de juros que visa identificar a capacidade da empresa de pagar as despesas financeiras.

Tabela 3 - Índice de cobertura de juros da Pomifrutas S.A

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cobertura de Juros	-1,73	-0,73	0,02	0,15	-0,11	0,49

Fonte: Elaboração Própria

Em relação ao índice de cobertura de juros, verificou-se inconstância nos seus valores que se mostraram negativos ou muito baixos. Tal fato enfatiza que a Pomifrutas S.A. não foi capaz de pagar os juros das dívidas que contraiu, ressaltando que, durante os seis anos estudados incluindo o período que antecede o pedido de RJ, ela precisou refazer seu plano de recuperação judicial duas vezes sem conseguir se reestruturar economicamente. Nos anos de 2017, 2018 e 2021 a empresa teve prejuízo antes dos juros e imposto de renda, consequência observada na conta lucro (prejuízo) bruta após a receita líquida. Já nos anos de 2019, 2020 e 2022 apresentou lucro antes dos juros e imposto de renda, mas com valores baixos que cobriram apenas 0,02, 0,15 e 0,49 vezes as despesas financeiras.

Após apurar e analisar os principais indicadores de liquidez e a cobertura de juros foi levantado os principais índices de endividamento que podem ser observados na Tabela 4.

Tabela 4 - Índices de endividamento da Pomifrutas S.A

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Participação de Capitais de Terceiros	2,05	1,53	1,48	1,51	1,49	1,54
Composição do Endividamento	0,51	0,63	0,82	0,83	0,92	0,92
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,75	0,40	0,39	0,39	0,38	0,39
Imobilização dos Recursos Não Correntes	61,84	-0,93	-0,54	-0,52	-0,43	-0,44
Endividamento Geral	1,95	2,90	3,08	2,95	3,04	2,85

Fonte: Elaboração Própria

No que tange o índice de participação de capitais de terceiros percebeu-se que no decorrer dos anos ele teve um declínio soando de certa forma como positivo porque de acordo com Silva (2013), na interpretação deste indicador de forma isolada e avaliando o risco da empresa, quanto maior pior. O estudo demonstrou que em todos os anos a empresa apresenta dependência em relação aos recursos externos, apresentando prejuízo na conta de patrimônio líquido e um capital de terceiros superior a este valor. Em 2018 a empresa teve aumento do capital social com o intuito de angariar recursos, mediante a emissão de novas ações ordinárias o que acarretou na diminuição do capital de terceiros para 153% do PL mantendo-se constante até o final do período estudado.

Na composição do endividamento, percebeu-se um crescimento do indicador ao longo dos anos o que demonstra uma piora nos seus resultados. Tais dados mostram que com o decorrer dos anos a empresa passou a ter mais de 50% das suas dívidas vencendo em curto prazo, ou seja, num período inferior a um ano, com a conta empréstimos e financiamentos possuindo grande peso neste acontecimento. Em 2022, 92% das suas dívidas eram para pagar em curto prazo o que acarretou na empresa maior pressão para honrar com seus compromissos. Boniolo (2015) destaca que a empresa pode obter benefícios com a RJ como a proteção de execuções por 180 dias que podem auxiliar na renegociação de dívidas, o que não foi possível devido ao fato do plano de RJ proposto pela Pomifrutas S.A. ainda não ter sido aprovado dificultando sua reorganização financeira.

Na imobilização do patrimônio líquido notou-se uma queda entre os anos de 2017 e 2018 permanecendo constante logo após esse período. Esta queda se deu no ativo permanente com a propriedade para investimento e imobilizado. Em 2018 a quantidade de pomares foi diminuída e foram feitos investimentos apenas para a manutenção do parque industrial, mostrando a intenção de utilizar os recursos próprios para investir em ativo circulante, conforme destaca Martins et al. (2020, p.124) “Quanto mais recursos próprios a empresa investir em ativos de baixa liquidez (imobilizado, investimentos e intangíveis), menos sobrarão para investir em Ativos Circulantes, conseqüentemente, terá que financiar as aplicações de curto prazo com recursos de terceiros (...)”.

Na imobilização dos recursos não correntes percebeu-se uma disparidade nos valores obtidos. Em 2017 esse indicador apresentou o valor de 6.184% de capital investido em ativo permanente e logo após os resultados se tornam negativos e constantes. O que aconteceu foi que em todos os anos o patrimônio líquido estava negativo apresentando prejuízo, mas em 2017 o passivo exigível em longo prazo esteve com valor semelhante ao PL e com o somatório das duas contas o valor ficou positivo, além de apresentar o maior valor de ativo permanente do período estudado. No decorrer dos anos, o passivo exigível em longo prazo caiu consideravelmente havendo migração das contas para o curto prazo, bem como o ativo permanente e os valores passaram a ser negativos demonstrando desequilíbrio financeiro.

O índice de endividamento geral se manteve alto em todo o período estudado, demonstrando que o seu capital de terceiros é superior ao ativo total. Pôde-se constatar assim que a Pomifrutas S.A. passou por sérios problemas financeiros e sem a possibilidade de negociação de dívidas com credores. De acordo com Siqueira (2016), o plano de recuperação poderia oferecer carência para início dos pagamentos, melhores condições de pagamento como prazos mais longos e descontos nos valores das dívidas o que ainda não foi possível para a Pomifrutas S.A. devido à falta de aprovação do plano de recuperação.

Para finalizar as análises, apuraram-se os principais indicadores de rentabilidade, apresentados na Tabela 5.

Tabela 5 - Índice de rentabilidade da Pomifrutas S.A

	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Retorno sobre o Capital	-0,32	-0,11	0,01	0,03	-0,01	0,03
Retorno sobre o Investimento	-0,31	-0,21	0,02	0,06	-0,01	0,05
Giro do Ativo	0,69	0,14	0,29	0,38	0,14	0,09

Fonte: Elaboração Própria

O retorno sobre o capital que estabelece a relação entre o lucro líquido e o patrimônio líquido se apresentou negativo nos anos de 2017, 2018 e 2021. Tal resultado dar-se-á porque o PL da empresa estava negativo sendo visualizado na conta prejuízos acumulado, além de apresentar o prejuízo

líquido com altas despesas financeiras. Os anos de 2019, 2020 e 2022, apesar de positivos, informam que o prêmio que os acionistas da Pomifrutas S.A. estão obtendo, em relação a seus investimentos no empreendimento, estão baixos, com apenas 1%, 3% e 1% de retorno, devido aos prejuízos acumulados dos exercícios, mostrando que a empresa não está sendo eficiente em relação a gerar lucro com o dinheiro investido, e o acionista não está sendo beneficiado, pois como destaca Silva (2013, p.246) “(...) O lucro, portanto, é o prêmio do investidor pelo risco de seu negócio (...)”.

Ao verificar o retorno sobre o investimento, observaram-se resultados negativos nos mesmos anos do retorno sobre o capital. Os anos de 2017, 2018 e 2021 foram de lucros líquidos negativos e 2019, 2020 e 2022 de lucro líquido positivo, onde a lucratividade que a empresa propiciou em relação aos investimentos totais foi de 2%, 6% e 5% que demonstrou os baixos rendimentos financeiros a partir de investimentos nela realizados.

Por fim, referente ao giro do ativo, apresentou-se uma queda considerável no decorrer do período estudado com dificuldades para a organização em relação à diminuição de vendas a cada ano. Em 2018 a empresa passou por dificuldades acerca da safra dos produtos comercializados e precisou praticar preços baixos por necessidade de caixa, apresentando apenas R\$0,14 de retorno em relação aos investimentos totais efetuados. Para Martins et. al (2020, p.176) “(...) Quanto mais a empresa conseguir girar seu ativo, melhores serão os resultados.” Fato que não foi verificado na empresa, que em 2022, apresentou o menor valor deste indicador com apenas R\$0,09 de giro de ativo devido às novas complicações na safra que afetaram a qualidade do produto com consequências no preço, se tornando um fator desfavorável.

4.2 FERTILIZANTES HERINGER S.A.

A empresa Heringer S.A. foi constituída em 1968, como empresa individual, pelo engenheiro agrônomo Dalton Dias Heringer em Manhuaçu – Minas Gerais, fornecendo fertilizantes aos produtores de café e ao decorrer dos anos foi ampliando sua área de atuação, bem como se consolidando no setor de atuação. Em 2004 a companhia passou a ser Sociedade Anônima, sendo

controlada pela família Heringer, que tem um longo histórico e participação no setor agrícola brasileiro.

O fator principal que levou a solicitação da recuperação judicial foi à dificuldade de financiamentos das operações de compra de matéria prima e a diminuição do lucro bruto impactado no custo sobre o volume de vendas devido ao pagamento antecipado de entregas futuras. Em 2019 a empresa entrou em recuperação judicial, com encerramento em 2022.

A Tabela 6 apresenta informações importantes que compõe as suas demonstrações contábeis do período de 2018, que antecede o pedido de RJ, até o ano de 2022.

Tabela 6 - Principais informações contábeis da Heringer S.A.

Valores expressos em milhares de reais					
	2018	2019	2020	2021	2022
Ativo Total	1.825.722	1.579.933	1.810.913	2.881.373	3.017.250
Ativo Circulante	951.502	762.333	936.917	2.046.288	2.340.350
Ativo Não Circulante	874.220	817.600	873.996	835.085	676.900
Passivo Total	1.825.722	1.579.933	1.810.913	2.881.373	3.017.250
Passivo Circulante	2.378.923	505.430	696.454	1.193.115	1.551.261
Passivo Não Circulante	68.635	1.043.118	1.266.578	1.169.167	1.097.469
Patrimônio Líquido	-621.836	31.385	-148.119	519.091	368.520
Receita Líquida	3.688.722	1.181.340	2.214.192	4.291.368	5.675.134
Lucro/Prejuízo do Período	-779.610	653.221	-199.183	667.210	-150.571

Fonte: Adaptada do site oficial da Heringer (2024)

Após a coleta das informações contábeis, referentes aos períodos analisados foi possível calcular os principais índices de liquidez, que pode ser visualizado na Tabela 7.

Tabela 7 - Índices de liquidez da Heringer S.A

	2018	2019	2020	2021	2022
Liquidez corrente	0,40	1,51	1,35	1,72	1,51
Liquidez seca	0,28	0,83	0,50	0,45	0,50
Liquidez Imediata	0,01	0,04	0,06	0,03	0,04
Liquidez Geral	0,55	0,73	0,71	1,02	0,97

Fonte: Elaboração Própria

Observou-se que o índice de liquidez corrente apresenta um aumento significativo nos anos em relação ao período inicial estudado se tornando satisfatório para honrar com suas obrigações de curto prazo. A maior diferença na análise encontrou-se no ano de 2018 para o de 2019, quando foi solicitada a RJ. Após isto, continuou apresentando algumas oscilações, mas bem menos significativas. Pôde-se verificar que no período analisado o passivo circulante apresenta uma queda em maior proporção em relação ao ativo circulante, com a renegociação da conta fornecedores e empréstimos e da conta financiamentos, a partir da aprovação do plano de recuperação judicial que de acordo com Siqueira (2016), traz vantagens como congelamento de dívidas, maiores prazos de pagamento, poder de negociação e carência no início dos pagamentos.

No que se diz respeito à liquidez seca observou-se que a retirada dos estoques para cálculo do indicador interfere na sua capacidade de pagamento em curto prazo se distanciando dos valores encontrados na liquidez corrente, revelando que mesmo com a queda do passivo circulante no decorrer dos anos, os estoques se fazem necessários para auxiliar a empresa a melhorar sua liquidez.

Na liquidez imediata constatou-se um indicador pessimista, podendo ser verificado que a empresa não possuía meios para quitar rapidamente suas obrigações em curtíssimo prazo, o que foi verificado na conta disponibilidades no ativo circulante, apesar de uma minúscula melhora deste índice em relação à 2018 que antecede o processo de RJ.

No que tange a liquidez geral, os resultados encontrados apresentaram aumento no decorrer dos anos estudados. O ativo circulante e ativo realizável em longo prazo mostraram crescimento, em especial na conta Estoques, tendo este indicador o seu melhor desempenho no ano de 2021, mostrando assim que o pedido de RJ foi feito no momento certo, onde a empresa ainda tinha

oportunidade de reorganizar suas finanças para retornar às suas atividades de forma sustentável.

A Tabela 8 ilustra os resultados encontrados por meio do índice de cobertura de juros que visa identificar a capacidade da empresa de pagar as despesas financeiras.

Tabela 8 - Índice de cobertura de juros da Heringer S.A

	2018	2019	2020	2021	2022
Cobertura de Juros	-1,87	3,54	-1,13	4,60	-0,76

Fonte: Elaboração Própria

O índice de cobertura de juros apresentou oscilação significativa nos valores encontrados. Os anos de 2018, 2020 e 2022 apresentaram prejuízo antes dos juros e imposto de renda não sendo capaz de cobrir as despesas financeiras, e a consequência disto pode ser as despesas financeiras elevadas. Já os anos de 2019 e 2021 apresentaram lucro antes dos juros e imposto de renda, podendo cobrir 3,54 e 4,60 vezes as despesas financeiras.

Os principais índices de endividamento podem ser observados na Tabela 9.

Tabela 9 - Índices de endividamento da Heringer S.A

	2018	2019	2020	2021	2022
Participação de Capitais de Terceiros	3,94	49,34	13,23	4,55	7,19
Composição do Endividamento	0,97	0,33	0,35	0,51	0,59
Imobilização do Patrimônio Líquido	0,77	14,15	2,87	0,91	1,24
Imobilização dos Recursos Não Correntes	-0,86	0,41	0,38	0,28	0,31
Endividamento Geral	1,34	0,98	1,08	0,82	0,88

Fonte: Elaboração Própria

No que tange o índice de participação de capitais de terceiros percebeu-se que no decorrer dos anos ele oscila bastante, revelando o quanto a empresa possuía de capital de terceiros no seu patrimônio líquido. No período de 2018, que antecede a RJ, a Heringer S.A. apresentou no PL um alto prejuízo e no

capital de terceiros a não renegociação de suas dívidas. Em 2019 o capital de terceiros aumentou consideravelmente com as contas de empréstimos e financiamentos e encargos da RJ, além da redução da operação em algumas unidades o que acarretou na diminuição dos prejuízos acumulados no patrimônio líquido elevando esse índice. Após período de reestruturação financeira, o indicador decresce com a baixa do capital de terceiros que garantiu um ambiente mais propício para que a empresa pudesse se reerguer e organizar o patrimônio líquido, apresentando lucro.

Na composição do endividamento observou-se que os anos de 2019 e 2020 apresentam os melhores números, visto que para análise, quanto menor melhor, pois o passivo circulante diminui consideravelmente em relação ao capital de terceiros. Silva (2013) destaca que menores resultados deste índice, reduzem a pressão existente para a empresa de gerar recursos para honrar seus compromissos em curto prazo. Tal fato é reflexo da reorganização financeira realizada, que demonstrou que suas dívidas vêm sendo transferidas de curto para longo prazo, e que a empresa nesse período de RJ buscou recursos de longo prazo para financiamento do ativo não circulante e recursos de curto prazo para financiamento do ativo circulante. Em 2022, e já reestruturada, a empresa ainda tem 59% das suas dívidas vencendo em curto prazo, ou seja, em um período inferior a um ano.

A imobilização do patrimônio líquido mostrou oscilação no período estudado. Em 2019 a empresa imobilizou 1.415% do seu patrimônio líquido apresentando ativo permanente baixo em relação ao patrimônio líquido, onde a conta prejuízos acumulados caiu consideravelmente em relação a 2018. No decorrer dos anos os valores deste indicador se tornou mais estável através da diminuição da conta prejuízos acumulados no PL e pouca variação no ativo permanente.

Na imobilização dos recursos não correntes, através do capital investido em recursos permanentes, constatou-se que este indicador se estabilizou no decorrer dos anos. Em todo período estudado o ativo permanente se mostra estável, com poucas variações devido ao processo de RJ, e a empresa busca manter seus negócios ao invés de aumentar operações. Já o passivo exigível em longo prazo apresenta crescimento, porém o patrimônio líquido oscila através da conta prejuízos acumulado. Através da análise dos resultados

obtidos, percebeu-se que em 2018 a Heringer S.A. apresenta -86% de imobilização dos recursos não correntes devido ao mais baixo passivo exigível em longo prazo do período estudado e no maior prejuízo acumulado existente. Logo após este período, a imobilização se mantém com poucas variações.

O índice de endividamento geral decresceu no decorrer dos anos, com o aumento do ativo total em relação ao capital de terceiros mostrando que no período que antecede a RJ a empresa utilizava 134% de capital de terceiros para financiar suas dívidas e em 2022, com o sucesso da reestruturação financeira, este valor caiu para 88%, comprovando que, como destacado por Siqueira (2016), a RJ é uma possibilidade segura para que a empresa reverta à crise econômico-financeira que está passando.

Para finalizar as análises, apuraram-se os principais indicadores de rentabilidade, apresentados na Tabela 10.

Tabela 10 - Índice de rentabilidade da Heringer S.A

	2018	2019	2020	2021	2022
Retorno sobre o Capital	-1,25	20,81	-1,34	1,29	-0,41
Retorno sobre o Investimento	-0,43	0,41	-0,11	0,23	-0,05
Giro do Ativo	2,02	0,75	1,22	1,49	1,88

Fonte: Elaboração Própria

No que tange o retorno sobre o capital observou-se um aumento significativo no ano de 2019. Em 2018, o indicador se apresenta negativo com patrimônio líquido negativo e prejuízo líquido, seguindo da mesma forma em 2020. O indicador se torna positivo em 2019, chegando ao retorno de 2.081% para cada R\$1,00 investido devido à considerável diminuição da conta prejuízos acumulados dentro do PL e da redução das despesas com reestruturação no seu volume de entrega, seguindo o plano de reestruturação. Em 2021 o indicador tem seu resultado positivo, apresentando PL positivo e lucro no exercício. Conforme Martins et. al (2020) este é o mais importante dos indicadores porque demonstra a capacidade da empresa de remunerar o capital que foi investido pelos sócios e no último ano estudado verifica-se que o resultado volta a ser negativo com aumento das despesas financeiras,

mostrando que, apesar do processo de RJ ter sido finalizado, existiu uma taxa de retorno para os acionistas de -41% que retrata um dado desfavorável à empresa.

Ao analisar o retorno sobre o investimento foram constatados resultados negativos nos mesmos anos estudados no retorno sobre o capital. Em 2018, 2020, 2022 a Heringer S.A. apresentou prejuízo líquido na sua operação, com destaque para as altas despesas financeiras. Em 2019 e 2021 os resultados foram positivos, demonstrando que a lucratividade que a empresa propicia em relação aos investimentos totais foi de 41% e 23%.

Por fim, no giro do ativo, todos os resultados obtidos foram positivos no que se refere à relação entre vendas líquidas e o seu ativo. O ano de 2019 apresentou menor índice, ocasionado pela diminuição das vendas líquidas e do ativo devido à diminuição da operação em unidades de mistura para reestruturação de gestão com o início da RJ. Este indicador demonstra, de acordo com Silva (2013, p.237) “(...) o nível de eficiência com que são utilizados os recursos aplicados na empresa (...)”, apresentando, em 2022, o valor de R\$1,88 de giro de ativo verificando-se que as aplicações realizadas na organização estão gerando efeito trazendo assim um bom desempenho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade empresarial sofre influência de diversas variáveis, no ambiente interno e externo, que podem provocar uma crise financeira, e esta pesquisa teve como objetivo analisar a evolução econômico-financeira de duas empresas de setores distintos as quais entraram em processo de recuperação judicial, a Pomifrutas S.A e Heringer S.A.

O estudo analisou o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício das empresas, iniciando no período anterior à RJ.

De acordo com os dados expostos no tópico anterior, os resultados obtidos na análise do primeiro ano enfatizaram a crise empresarial instaurada nas empresas e a necessidade do pedido de RJ.

A interpretação dos indicadores econômico-financeiros da Pomifrutas S.A. e Heringer S.A. permitiu fazer a análise da evolução dos números no período que antecedeu o pedido de RJ até o ano de 2022.

Pôde-se constatar que existem cenários diferentes para as duas empresas e que cada plano de RJ é único. A Pomifrutas S.A, através dos índices calculados, mostrou que os resultados obtidos não foram satisfatórios no período estudado e que ainda não foi possível se reerguer financeiramente, passando por diversas tentativas de organizar seu plano de RJ, além de problemas constantes com a safra de seus produtos e conseqüentemente na geração de caixa. Já a Heringer S.A. mostrou que conseguiu se reorganizar, apresentando resultados dos indicadores mais satisfatórios, diminuindo o tamanho de sua operação e despesas.

Ao realizar um comparativo entre as empresas, no que tange a liquidez, verificou-se que a Pomifrutas S.A. não possuiu condições de honrar com suas obrigações, com acúmulo de obrigações pendentes e mostrando o quanto os indicadores de liquidez são impactados pelo processo de recuperação judicial, além de apresentar dificuldades para entrar em acordo com seus credores e homologar a RJ, não desfrutando dos benefícios oferecidos após a aprovação do seu plano, o que poderia permitir sua sustentabilidade futura. A Heringer S.A. manifestou melhora no seu resultado no decorrer dos anos, com condições satisfatórias de saldar seus compromissos totais, demonstrando que houve decisões estratégicas assertivas de investimento e financiamento.

Quanto à cobertura de juros, as duas empresas tiveram oscilações e dificuldades com sua capacidade de pagar as despesas financeiras.

No que se refere aos resultados de endividamento, estes foram melhores para a Heringer S.A., que demonstrou estar diminuindo sua dependência de capital de terceiros para manter-se. Já no caso da Pomifrutas S.A. indicou grande volume de empréstimos adquiridos, com dificuldade de cumprimento dos compromissos e de realização de esforços de reestruturação necessários para sua recuperação, acumulando dívidas que afetaram diretamente o capital da empresa restringindo sua capacidade de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras.

Os índices de rentabilidade da Pomifrutas S.A. mostraram prejuízos constantes nos resultados analisados e, na Heringer S.A. relação negativa entre os rendimentos e capital investido na empresa.

Contudo, percebeu-se que apenas a empresa Heringer S.A. obteve melhorias em seus resultados. Através da evolução dos indicadores, a Heringer

S.A. teve resultados positivos do período de crise para o de reestruturação enquanto passava pelo processo de recuperação judicial, com melhorias no seu resultado, saindo assim de prejuízo para lucro no seu negócio. Mesmo com o encerramento do processo de RJ, a empresa deve visar reduzir suas despesas operacionais que estão altas, administrar seus estoques, elevar suas vendas e voltar a operar em todas as unidades de mistura que possuem.

A Pomifrutas S.A., no período estudado, não conseguiu obter melhorias em seus resultados, apresentando prejuízos acumulados na maior parte dos exercícios. A empresa teve dificuldades em utilizar os benefícios previstos na RJ, porque não homologou um plano de reestruturação com seus credores, dificultando a reorganização financeira de suas contas, ameaçando entrar em falência no ano de 2019 e o processo de reestruturação ainda pode levar a empresa a voltar a ser uma atividade lucrativa.

Por fim, pôde-se concluir que empresas podem passar por momentos de crises e apesar disso, possuem plenas condições de superar tal feito, honrar suas obrigações e manter a continuidade do seu negócio. O plano de recuperação judicial tem como finalidade reorganizar as formas de pagamentos com os credores, com a possibilidade de maiores prazos de pagamentos e parcelamento de dívidas, auxiliando as empresas a se reerguerem. Apesar desses benefícios, nesse estudo constatamos que cada empresa tem um período de tempo específico para reorganizar-se, especialmente se forem de áreas de atuações distintas, então para pesquisas futuras sugere-se análise da empresa Pomifrutas S.A. em série temporal maior a fim de avaliar se o plano de recuperação judicial teve êxito.

REFERÊNCIAS

SAMPIERI, Roberto; COLLADO, Carlos; LUCIO, Maria. **Metodologia de Pesquisa**. Edição 5. São Paulo: Penso Editora LTDA, 2013.

MARCONI, Marina; LAKATOS, Eva. **Metodologia do Trabalho Científico**. Edição 8. São Paulo: Atlas, 2017.

SZUSTER, Natan. et al. **Contabilidade Geral: Introdução à Contabilidade Societária**. Edição 3. São Paulo: Atlas, 2011.

IUDÍCIBUS, Sérgio et al. **Contabilidade Introdutória**. Edição 11. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, José. **Análise Financeira das Empresas**. Edição 11. São Paulo: Atlas, 2012.

MATARAZZO, Dante. **Análise Financeira de Balanços**. Edição 7. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, José. **Análise das Demonstrações Contábeis**. Edição 7. Atlas, 2017.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton; MIRANDA, Gilberto. **Análise Avançada das Demonstrações Contábeis**. Edição 2. Atlas, 2020.

MARTINS, Eliseu; DINIZ, Josedilton; MIRANDA, Gilberto. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. Edição 3. Atlas, 2020.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Recuperação Judicial: dos Objetivos ao Procedimento – Incentivos Regulatórios do Sistema de Insolvência Brasileiro**. Edição 1. Saraiva, 2024.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. **Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência**. Edição 4. Saraiva, 2023.

SIQUEIRA, Júlio. **Recuperação Judicial de Empresas Médias e Pequenas: Guia Prático para o Credor e o Devedor**. Edição 1. Trevisan, 2016.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e Análises de Balanços**. Edição 12. Saraiva, 2018.

BONIOLO, Eduardo. **Perícias em Falência e Recuperação Judicial**. Edição 1. Trevisan, 2015.

SCALZILLI, João; SPINELLI, Luís; TELLECHEA, Rodrigo. **Recuperação de Empresas e Falências: Teoria e Prática na lei 11.101/2005**. Edição 4, Almedina, 2023.

BRASIL, Lei (2005). **Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2005.

SERASA EXPERIAN. Disponível em

<https://www.serasaexperian.com.br/conteudos/indicadores-economicos/>.

Acesso em 20/07/2023.